

Dossiê SIMPORI 2024 – Volume 13, 2024.

INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ “O REGIONALISMO NO MUNDO HOJE, CAMINHOS E DESAFIOS”

O dossiê "O Regionalismo no mundo hoje, caminhos e desafios" buscou reunir pesquisas que analisam o estado atual da integração regional em distantes partes do globo, destacando como os diferentes processos de integração regional se ajustam - ou não - às transformações políticas, econômicas, tecnológicas e ambientais do sistema internacional. Objetivou-se, ademais, reunir textos que auxiliam na identificação de potenciais riscos e oportunidades que um cenário em constante transformação apresenta para os distintos processos de integração regional, entendidos enquanto mecanismos de coordenação intergovernamental e como meios para a inserção no mundo.

O dossiê foi organizado pelos professores Paulo Afonso Velasco Júnior (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Julieta Zelicovich (Universidad Nacional de Rosario).

O mundo pós-Guerra Fria deu importante impulso ao avanço de uma nova onda de regionalismo no mundo, por alguns percebida como uma resposta aos desafios da globalização e à necessidade de ganhar maior competitividade em face de uma economia crescentemente global. Foi um contexto intenso, em que não apenas sugeriram novos processos de integração regional, como também houve a ampliação e fortalecimento de iniciativas já existentes. Em paralelo, avançaram também as pesquisas e estudos sobre o fenômeno do regionalismo em suas várias manifestações, notadamente acordos e blocos de integração regional.

Passadas algumas décadas, crises e alterações no funcionamento da economia global começaram intensificar-se, estabelecendo a ideia de “crise de globalização”, chegando a falar-se inclusive em uma “desglobalização”.

Talvez seja mais preciso reconhecer que estamos em transição para uma “globalização pós-hiperglobalização”, que revela (i) uma mudança quantitativa relativa às taxas de expansão da economia global, e três mudanças qualitativas que impactam a relação Estado-Mercado: (ii) a ruptura das expectativas de convergência e a adoção de dinâmicas de competição na relação entre Estados; (iii) a suposição de

interdependência econômica como fonte de vulnerabilidade e (iv) o uso instrumental das relações econômicas internacionais¹.

Nesse cenário modificado, o regionalismo pode assumir novo perfil, uma vez que as regiões tornam-se mais atraentes em face do avanço de incertezas globais, não necessariamente como arquitetura para uma governança global representativa, mas como espaço gerador de vínculos comerciais que respondam a constrangimentos externos e também para o fornecimento de bens públicos regionais. Tudo isso, em um contexto marcado por desconfianças amplas acerca da ordem liberal consolidada ao final da Segunda Guerra Mundial e por uma crise do multilateralismo, recorrentemente alvo de críticas e desconfianças, que por vezes também impactam nos próprios processos de integração regional e nas organizações internacionais correlatas.

Assim, urge retomar um olhar atento aos processos regionais em curso no mundo, buscando entender tendências e transformações em um ordem internacional marcada por fraturas e antagonismos. Nesse sentido, os artigos reunidos neste dossiê trazem boa dose de contribuição, jogando luz para distintas regiões, com textos variados que passeiam pelo Caribe, América do Sul ou Ásia, fundamentados em perspectivas teóricas variadas, mas igualmente relevantes para o entendimento do fenômeno da regionalismo no mundo contemporâneo.

Para abrir o dossiê, o artigo “A inserção regional da Guiana: do Caribe à América do Sul”, de autoria de Angélica Saraiva Szucko, tem o objetivo de analisar a estratégia de inserção regional da Guiana, considerando suas relações com o Caribe e a América do Sul. O texto observa e compara a presença do país em espaços diversos como CARICOM, AEC, OTCA, UNASUL, PROSUL e CELAC, e reconhece que a Guiana adota uma postura pragmática, buscando distanciar-se de alinhamentos ideológicos na sua interação com os países vizinhos e priorizando o seu desenvolvimento econômico. Observa-se uma integração mais profunda nas instituições caribenhas formadas por países com os quais compartilha uma história e cultura comuns, para além dos níveis de desenvolvimento e posição geográfica que facilitam a convergência de interesses.

O texto destaca, outrossim, que no últimos tempos, o país também vem se aproximando mais dos vizinhos sul-americanos, em um processo de continentalização, mas ainda por meio de instituições mais focadas na promoção da cooperação ou concertação regionais. A maior integração com a América do Sul passa tanto pelo fortalecimento do relacionamento bilateral com o Brasil como pela construção de infraestruturas

¹ Zelicovich, Julieta. La globalización después de la hiper-globalización: cuatro procesos de cambio. Universidade Nacional de la Plata: *Anuario en Relaciones Internacionales*, 2022.

que conectem o país ao continente.

Focado no mesmo espaço regional, o artigo “A integração regional na América Latina e Caribe: um estudo comparado entre o Mercosul, a Comunidade Andina e a Organização dos Estados do Caribe Oriental”, de autoria de Bernardo de Moura Tebaldi, tem como foco a análise comparada entre três iniciativas de integração regional no âmbito latino-americano e caribenho, quais sejam o Mercosul, a Comunidade Andina e a Organização dos Estados do Caribe Oriental. Partindo do premissa de que, por estarem inseridos em um mesmo espaço geográfico, os atores de cada iniciativa compartilham elementos históricos, culturais e desafios sociais similares, o texto buscou caracterizar os aspectos institucionais, notadamente os espaços normativos e decisórios, bem como suas estruturas jurisdicionais e de fomento.

A argumentação apresentada, bem como dados empíricos colhidos revelam que as variações do grau de institucionalização estão ancoradas na própria arquitetura institucional que foi estipulada e perseguida por cada Organização de Integração. O Mercosul, por exemplo, teria optado por um modelo em que se mantiveram as características de um sistema de solução de controvérsias e de um fundo de fomento que depende dos aportes dos Estados membros. Já a Organização dos Estados do Caribe Oriental, em direção oposta da tomada pelo Mercosul, optou pela adoção de uma instituição jurisdicional que assumiu a forma do Supremo Tribunal do Caribe Oriental além de adotarem uma autoridade monetária regional, na forma do Banco Central do Caribe Oriental.

Ainda voltado para o espaço latino-americano, o artigo “As trajetórias paralelas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e do regionalismo latino-americano: uma análise comparativa histórico-estrutural”, de autoria de Rafael Vieira da Silva, examina a trajetória desde a segunda metade do século XX até a contemporaneidade do regionalismo latino-americano e a compara com a evolução da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no mesmo período. O texto destaca três períodos do regionalismo latino-americano: o regionalismo fechado (ou desenvolvimentista), o regionalismo aberto (ou neoliberal) e o regionalismo pós-neoliberal ou (pós-hegemônico), comparando-os com três momentos-chave da história da cooperação internacional: a proposta da Nova Ordem Econômica Internacional, a ascensão do discurso neoliberal no Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento e a consolidação dos BRICS como articuladores de uma nova cooperação Sul-Sul no século XXI. A partir de uma perspectiva teórica neogramsciana, bem como o materialismo histórico transnacional associado a ela associado, o texto argumenta haver uma convergência dialética entre as trajetórias da integração regional latino-americana e da

cooperação internacional, indicando que as limitações de ambas têm a mesma fonte estrutural, identificada com o próprio padrão de acumulação de capital dominante.

Dentro dessa lógica, o texto ainda indica que a construção de iniciativas genuinamente autônomas e emancipatórias, seja na esfera da integração ou da cooperação, passaria por um entendimento das rupturas presentes no sistema histórico vigente, latentes ou visíveis, tarefa que poderia ser auxiliada por meio da abordagem neogramsciana enfatizada no estudo.

Com olhar para a integração sul-americana, o artigo “Ascensão e Queda da Unasul: ideologia, política externa e integração regional a partir dos casos da Argentina e Brasil”, de autoria de Tammy Eduarda Corrêa, propõe-se a analisar e identificar, sob uma perspectiva histórico-comparada, os fatores que explicam a ascensão e declínio da Unasul. O texto engloba o recorte temporal de 2008 a 2022, destacando as particularidades políticas e ideológicas na América do Sul, especialmente em referência às orientações reveladas pelas políticas externas dos distintos países, em contextos que oscilaram da chamada "onda rosa" para uma posterior onda conservadora. Há foco especial na postura assumida por Argentina e Brasil que, através das transições de governo e ideologias no poder, acabaram por influenciar largamente no grau de interação e integração regional buscados no período.

No caso argentino, o texto indica que o foco da articulação da política externa do país durante o governo de Mauricio Macri (2015-2019) foi uma inserção ocidental, com o estreitamento do vínculo com os EUA e a reaproximação de organismos financeiros internacionais como o FMI. Pautas correlatas, como de direitos humanos, segurança e defesa também foram revisitadas, além da pasta econômica, dando fruto à uma gestão que entendia em padrões pró-ocidentais a alternativa para solução político-econômica. Já no caso brasileiro, o fenômeno político do bolsonarismo no poder (2019-2022) marcaria a ascensão de um extremismo ideológico que representaria pequenos grupos de interesse, para os quais o conservadorismo se mostrava como a facilitação a um governo moralizador. Em paralelo, o alinhamento com os EUA e o negacionismo multilateral remeteram às vertentes do trumpismo americano, resultando em uma perda do protagonismo, com retração participativa nos eixos de cooperação e integração regional.

Especificamente voltado para o Mercosul, o artigo “Abraçando a modernização educacional no Mercosul: Uma análise institucional da integração da infraestrutura e do capital humano na Argentina”, de autoria de Facundo Guadagno, parte de uma abordagem institucional para enfatizar que a falta de incentivos é um dos principais desafios para melhorar a posição educacional da Argentina, reconhecendo-se que, na

maioria das províncias, os alunos carecem de acesso a serviços essenciais e dispositivos tecnológicos adequados, resultando em dificuldades para entender textos básicos ou realizar cálculos simples. A estagnação econômica e a crescente pobreza no país ao longo das últimas décadas teria contribuído para agravar a situação, com instituições educacionais focadas simplesmente em reter alunos, em vez de promover conteúdo acadêmico.

Feito o diagnóstico, o artigo aponta para as possibilidades oferecidas pela colaboração com países do Mercosul, como forma de aliviar o problema, mas também identifica distorções e dificuldades. Os esforços bloco no plano da educação, dentro de uma lógica de integração multidimensional para além do comércio e focada nos interesses dos cidadãos, revelam exemplos importantes como o MEXA (Mecanismo Experimental de Acreditação para Carreiras Universitárias) e o sistema ARCU-SUR, voltados para estimular a mobilidade educacional e facilitar acreditação como forma de permitir um reconhecimento regional das titulações. No entanto, embora valiosas, essas iniciativas beneficiam predominantemente a elite e não conseguem resolver os problemas sistêmicos, notadamente aqueles que assolam o ensino primário e secundário nas regiões mais pobres. Essas contradições são enfatizadas no estudo e apontam para a urgência em buscar uma harmonização e equilíbrio entre as variadas necessidades educacionais dos Estados membros do bloco.

Mudando o foco do dossiê para a região asiática, o artigo “Entre o Sol e o Dragão: oportunidades e desafios da ASEAN no século XXI”, de autoria de Bárbara Carvalho Neves, Maurício Luiz Borges Ramos Dias e Tainá Siman, busca, através de uma análise qualitativa e documental, avaliar a trajetória da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), buscando compreender sua atuação e direcionamento em um mundo em transição, de disputas e mudanças, tendo como foco de análise as condutas da China e do Japão diante do bloco e seus impactos tanto no nível de interação regional, como de sua projeção internacional. O texto argumenta que, apesar de ser percebida como um fórum de discussão com limitadas capacidades de ação, a ASEAN, tem sido bem-sucedida em garantir a autonomia e legitimidade do bloco e de seus Estado-membros - mesmo perante um mundo mais complexo e marcado por crescentes antagonismos.

O texto afirma, outrossim, que a competição entre as potências regionais, como China e Japão, teve um papel de destaque no impulsionamento dos mecanismos de integração da própria ASEAN, sendo, portanto, crucial compreender que a Associação lida positivamente com as disputas de poder, internalizando-as em suas iniciativas de maneira imparcial, legitimando as ações do bloco e produzindo normas que incluem os espaços e atores em contestação por intermédio da proximidade sociocultural no Sudeste Asiático. Nesse cenário, a ASEAN adota diferentes estratégias para lidar com essas pressões externas, usando, por exemplo,

uma estratégia de contrapeso quando a China intensifica suas relações com a Associação, percebida pela proposição de novos projetos ao Japão e aos EUA, como forma de demonstrar sua imparcialidade e se reafirmando como um parceiro disponível a todos.

Ainda no plano asiático, mas voltado para a Ásia Central, o artigo “Juntos permanecemos, divididos caímos: desafios e perspectivas para a liderança regional do Uzbequistão na Ásia Central”, de autoria de Guilherme Geremias da Conceição, aborda as razões para as dificuldades de associação entre os países da região, partindo de revisão de fontes primárias e secundárias. O texto foca a análise no contexto das iniciativas de integração regional centro-asiática e nos motivos que conduziram à sua extinção, dentre os quais destacaria-se a ausência de uma identidade comum e o apego irrestrito à soberania nacional, dificultando o desenvolvimento de confiança, respeito e compreensão mútua entre os seus atores. O texto mostra que mesmo que existam consensos alcançados e uma liderança regional, persiste uma grande dificuldade em assumir os custos limitadores de uma união institucionalizada, pois traz custos elevados para os países envolvidos em um processo controverso de compartilhamento de sua soberania.

O estudo abre, ainda, espaço para o papel recente do Uzbequistão, enquanto promotor do diálogo e da cooperação na região, destacando o alcance e limitações de sua possível liderança na Ásia Central. Destaca-se, por exemplo, que mesmo sendo o país mais populoso e com forte potencial de influenciar a dinâmica da regionalização econômica e política, o Uzbequistão carece de autonomia para, sozinho, sustentar um projeto de grandes proporções e é neste ponto onde reside a difícil tarefa de equilibrar os interesses antagônicos de gigantes como Rússia e China no local.

O artigo contribui para um melhor entendimento sobre a difícil dinâmica do regionalismo na Ásia Central, espaço naturalmente inserido na órbita de influência russa e amplamente desconhecido, mesmo para boa parte dos estudiosos dos processos de integração regional.

Por fim, para fechar o dossiê, o artigo “Globalização, Regionalismo e Espacialização nas Relações Internacionais”, de autoria de Ana Paula Tostes e Eduarda Lattanzi, busca traçar uma história transversal sobre o desenvolvimento do regionalismo, partindo de uma abordagem conceitual e analítica institucionalista, que prioriza o papel de organizações internacionais e regionais no processo de normatização internacional. O texto enfatiza que os processos de regionalização se ajustaram a demandas da política e da economia no século XXI, de forma a provocarem novas abordagens teóricas sobre regionalismos comparados e inter-regionalismo.

O estudo reconhece que a globalização, que se intensifica na década de 1990, impactou a formação de

organizações regionais e provocou, segundo alguns debates sobre o tema do regionalismo, uma ambição de exportação de projetos regionais consolidados para outros espaços internacionais. Haveria, assim, esforços para realocar o papel de organizações regionais, em que Estados se articulam para projetarem-se globalmente, com projetos próprios e modelos institucionais que visam, muitas vezes, competir com outros que coexistem na ordem contemporânea.

Trata-se de texto essencialmente teórico, com adequada revisão de literatura para acompanhar os grandes debates sobre o regionalismo e suas vertentes no contexto das últimas décadas e especialmente no século XXI.

Paulo Afonso Velasco Júnior

Julieta Zelicovich